

Finalmente foram lançados ontem os editais para a construção de 10 Estações Aduaneiras Interiores em diversos Estados e mais uma, no Distrito Federal. Mais conhecidas como “Portos Secos”, essas unidades, nas palavras do Presidente Fernando Henrique Cardoso, “favorecem não só as exportações e importações mas também os investimentos. E são mais um passo na descentralização, tão necessária à transformação do País”.

No caso do DF, o Porto Seco a ser construído em grande área próxima à cidade satélite de Santa Maria, deverá entrar em funcionamento no final de 1997. Os empregos diretos certamente não serão muitos, cerca de 130. Mas, em compensação, a estação aduaneira representa algo como empregos indiretos para 30 mil pessoas, levando-se em conta a movimentação de obras e de mercadorias que serão importadas para os Estados vizinhos e deles exportadas por intermédio do Porto Seco de Brasília.

Para o combalido Tesouro do GDF, a nova unidade vai injetar algo em torno de mais R\$ 5 milhões de impostos, estimados sobre as mil e 420 toneladas de mercadorias que transitarão pelo Porto Seco. Ali serão feitos importantes investimentos em construção de acessos rodoviários para tráfego pesado, bem como saneamento, instalação de silos, depósito geral e armazenamento, bem como acesso por trilhos à Rede Ferroviária Federal, que

passa por perto, e em energia elétrica. A experiência de Belo Horizonte e de Curitiba com essas estações aduaneiras serve muito de exemplo para as 11 novas unidades que serão construídas no País. É uma iniciativa positiva, que descongestiona velhos portos marítimos e introjeta desenvolvimento no interior do País. Neste aspecto, Brasília, mais uma vez, cumpre sua vocação de interiorizadora do desenvolvimento econômico e social, como sonhou Juscelino ao transferir a capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central.

Na solenidade, o Presidente da República aproveitou a ocasião para censurar a “guerra fiscal” deflagrada entre Estados para oferecer vantagens e atrair investimentos. É uma advertência oportuna. Recorde-se que, há pouco tempo, Distrito Federal e Goiás andaram se estranhando por conta de incentivos fiscais do governo goiano, que tiveram o dom de esvaziar de algumas indústrias o já modesto parque industrial brasiliense. Realmente, não se entende que numa era de economia globalizada e de mercados de integração regional, tipo Mercosul, Estados de um mesmo País lutem entre si como se fossem nações em conflitos próprios do século passado. A “guerra fiscal” é sinônimo de atraso e de falta de confiança nas potencialidades dos Estados que lançam mão, exageradamente, de um recurso que deveria ser aplicado com maior parcimônia e responsabilidade.